

**COPO DE LEITE OU FARINATA?
O ÓDIO À DEMOCRACIA, O CAMPO LITERÁRIO BRASILEIRO E O ENSINO
VIRTUAL EM TEMPOS DE PANDEMIA**

**GLASS OF MILK OR FARINATA? THE HATRED OF DEMOCRACY, THE BRAZILIAN
LITERARY FIELD AND VIRTUAL EDUCATION IN PANDEMIC TIMES**

Resumo

O objetivo deste trabalho é expor, com foco na adoção do ensino remoto em contexto de pandemia e na Universidade Federal de Santa Catarina, o modo pelo qual, num país dependente como o Brasil, toda alternativa hegemônica ao autoritarismo é em si mesma autoritária e anti-democrática, o modo pelo qual as tacanhas elites do capital –seja financeiro ou simbólico– sempre obrigam a “optar” entre o autoritarismo escancarado e o autoritarismo “altruísta”. A reflexão se desenvolve em 5 pontos, a saber: 1) A partilha do sensível no Brasil; 2) A educação superior como fetiche e sua leitura vira-lata: alguns sintomas na literatura brasileira; 3) O ódio à democracia na sua versão brasileira; 4) A exclusão e a bestialização como regra dos “pactos de elites” no Brasil e 5) “O autor como produtor”, uma alternativa benjaminiana.

Palavras-chave: ensino remoto; literatura brasileira; campo literário; autoritarismo; o autor como produtor.

Abstract

The objective of this work is to expose, focusing on the adoption of remote education in the context of a pandemic and at the Federal University of Santa Catarina, the way in which, in a dependent country like Brazil, any hegemonic alternative to authoritarianism is in itself authoritarian and anti-democratic, the way in which the narrow elite of capital - whether financial or symbolic - always oblige to “choose” between wide-open authoritarianism and “altruistic” authoritarianism. The reflection develops in 5 points, namely: 1). The sharing of the sensitive in Brazil; 2). Higher education as a fetish and its pooch reading: some symptoms in Brazilian literature; 3). The hatred of democracy in its Brazilian version; 4). Exclusion and bestialization as a rule of “elite pacts” in Brazil and 5). “The author as a producer”, a Benjamin alternative.

Keywords: remote education; Brazilian literature; literary field; authoritarianism; the author as a producer.

“El chofer pidió orden mientras el autobús se hundía como un barco. Los vidrios estallaron en nuestras caras. Escalé por una montaña de espaldas y brazos. [...] Arranqué a una mujer del vientre de la tierra. Sólo salimos unos quince pasajeros. [...] Cuando se apagaron los gritos de los que quedaron atrapados, todavía se escuchaban bajo el barro los timbres de sus celulares”.

Carlos Ríos, *Maníqua (novela swahili)* (2009)

O propósito deste trabalho é mostrar, com foco na adoção do ensino remoto em contexto de pandemia, o modo pelo qual, num país como o Brasil, toda alternativa hegemônica ao autoritarismo é em si mesma autoritária e anti-democrática, o modo pelo qual as tacanhas elites do capital –seja financeiro ou simbólico– sempre obrigam a “optar” entre engolir o copo de leite fascista¹ ou a farinata,² ou seja, entre o autoritarismo escancarado e o autoritarismo “altruísta”. A literatura brasileira, de fato, abordou esse tipo de “falsa opção” em inúmeras ocasiões, das tabuletas de *Esaú e Jacó* (1904) ao “tudo é e não é” de Guimarães Rosa. Em termos de educação, concretamente na Universidade Federal de Santa Catarina, e em tempos de pandemia, isso se traduziria assim: mesmo que o ensino virtual seja comprovada e documentadamente excludente;³ mesmo sendo uma pauta preferencial da direita neoliberal;⁴ inclusive sendo imposto de maneira autoritária em várias IES;⁵ mesmo que tenha altas taxas de óbito;⁶ mesmo que o “óbito estudantil” seja comprovadamente maior entre sujeitos e grupos com perfis raciais, sexuais e socioeconômicos já notoriamente afetados pela COVID-19;⁷ mesmo que essa modalidade de ensino signifique a demissão em massa de professores substitutos⁸ e a vulneração dos direitos de servidores;⁹ mesmo que a experiência nas IES que adotaram o ensino remoto tenha sido catastrófica;¹⁰ mesmo com a oposição qualificada de discentes e docentes da própria instituição;¹¹ mesmo que enorme parte da população universitária não tenha se posicionado ou declare não ter condições para adotar essa modalidade de ensino,¹² deve ser adotado. Apresento este como mais um exemplo da “democracia” brasileira: uma falsa opção entre o autoritarismo militar e o autoritarismo financeiro; entre a cloroquina, ou o ozônio no reto, e a morte desassistida; entre *Zoom* e o *Google meet*. Desenvolverei minha reflexão em 5 pontos, a saber: 1) A partilha do sensível no Brasil; 2) A educação superior como fetiche e sua leitura vira-lata: alguns sintomas na literatura brasileira; 3) O ódio à democracia na sua versão brasileira; 4) A exclusão e a bestialização como regra dos “pactos de elites” no Brasil e 5) “O autor como produtor”, uma alternativa benjaminiana.

1) Brasil, partilha do sensível

Jacques Rancière tem teorizado um “regime estético das artes” consistente num “pulo para fora da *mimesis*” (o regime poético), que não hierarquiza temporalidades, temas, gêneros, formas de produção, ou artes, e que teve no realismo/naturalismo e na chamada “arte pela arte”, na passagem do século XIX ao XX, uma “política da ficção” (ou da literatura), consistente numa resistência literária à premissa utilitarista da economia liberal e moderna pela via da sobre, isto é, do dar a ver aquilo que ocultava uma antiga fronteira aristotélica, aquela fronteira que separava as existências dignas da ficção daquelas que não o são (Cf. Rancière, 2005; 2014c; 2016). Representando luxo e lixo, o *regime estético*, “o verdadeiro nome daquilo designado pela denominação confusa de modernidade”, teria desobrigado a “arte de toda e qualquer regra específica” (2005, pp.34-35), constituindo desse modo uma espécie de comunismo literário, de um igualitarismo radical, que doa um espaço inventado e escrito para sujeitos e objetos supostamente destinados apenas à reprodução ou à obsolescência: o proletariado, a produção serial industrial. Representando o não representado, dando a ver o não visto, a ficção, para além de critérios de “qualidade” ou de “estruturação” narrativa ou poética (causalidade, necessidade, verossimilhança, correspondência de formas e conteúdos, de relações sociais e suas transfigurações em formas literárias, etc.), seria uma forma do cuidado, toda uma política em sentido estrito, uma política que dispõe corpos no espaço simbólico, isto é, no espaço social que com Josefina Ludmer poderíamos denominar “a fábrica de presente que é a imaginação pública” (2010, p. 3), não pela via da hierarquização, mas pela via de uma ampla e crescente exposição de demandas.

A revolução técnica, assim, vem depois da revolução estética, e não antes (de fato, para Rancière, o realismo efetiva com antecipação a revolução estética possibilitada pela revolução tecnológica advinda com o cinema e a fotografia)¹³. E o homem se torna “um animal político porque é um animal literário” (2005, p. 59). Toda disposição estética, a própria partilha, se torna, ou é já na sua origem, assim, uma disposição política (Cf. Rancière, 2014a).

Em *A noite dos proletários* (1988), de fato, Rancière já tinha pensado algo que para ele se tornaria relevante em tempos de “retorno do capitalismo selvagem”.¹⁴ E esse “algo” é, nada mais e nada menos, que o modo como grupos proletários, na primeira

metade do século XIX francês, conformaram células de ação e vida artística, rompendo desse modo com a divisão do tempo e do pensamento que os excluía tanto do exercício político quanto do exercício estético. Nesse exercício da política e da arte, em que pessoas que pareciam apenas destinadas ao mundo da “oralidade” irrompiam na escritura, esse proletariado teria rompido com uma espécie de fatalidade do discurso acadêmico, que sempre hierarquiza os discursos e as inteligências, mesmo quando seu “objeto” é a própria emancipação. De acordo com Rancière, justamente, a emancipação não é apenas um conteúdo ou um discurso, não é uma opinião e nem uma teoria sobre algo do futuro, mas um modo de vida aqui e agora: “A emancipação é uma maneira de viver a desigualdade segundo o modo da igualdade. [...] O fundo da questão é simples: se parte do pressuposto da igualdade intelectual ou se parte do pressuposto da desigualdade” (Rancière, 2010, p. 12).

Toda hierarquia essencialista entre falas e inteligências, assim como entre artes, gêneros, temas ou formas de produção, é em si mesma anti-política se a política se entende como uma irrupção igualitária que destrói a fixidez dos lugares designados pela estrutura social. Como toda irrupção, esse modo de viver é algo excessivo, algo que está além e aquém da tacanha partilha clássica. Por esse motivo, para Jacques Rancière, *democracia é sempre excesso* (Rancière, 2014b, s/p).

Não conquistada e, entretanto, já em exercício, note-se, a democracia seria ideia e modo de viver ao mesmo tempo, passado, presente e futuro.

Ora, uma aplicação direta e seca da *French Theory* em nosso entre-lugar latino-americano é freqüente sintoma de uma mentalidade colonizada. Pensemos agora as condições de nossa partilha do sensível e da sua transcendência no tipo de democracia que nos correspondeu nesta “República Federativa cheia de árvores e *gente dizendo adeus*”.

Entre nós, como é sabido, triunfou certo viés do naturalismo, isso por uma adoção higienista dos preceitos de Zola.¹⁵ O pobre no paradigma brasileiro, que aliás é um paradigma fortemente racializado, é problema, é doença, é uma espécie de besta, um animal problemático e algo a eliminar ou a ser superado. Esse tipo de leitura é característico do século XIX, mas não raramente encontramos no XX e no XXI ainda fortes vestígios da política que prefigura. De acordo com *Tal Brasil, qual romance?* (1984), livro clássico de Flora Süssekind que me orienta aqui, a literatura brasileira do

XIX está “pautada numa duplicação xenófoba do país”, que se “caracteriza pelo ocultamento da divisão, da diferença e da contradição” e que “não é só uma estética, mas uma ideologia naturalista o que se repete na ficção brasileira” (1984, p. 39).

Para além dos exemplos, que são muitos, da justiça da afirmação de Flora, acredito que essa abordagem do naturalismo/realismo entre nós, nos permitiria elucidar uma “política da ficção” concreta do nosso entre-lugar. E essa política, longe do igualitarismo e da democracia teorizadas por Rancière, poderia ser pensada em relação ao que o sociólogo Jessé de Souza denomina *A elite do atraso* (2019).

Dado que a composição das nossas classes médias é mais incompleta, tardia e conservadora que a francesa –vide o próprio processo de industrialização, ou a duradoura base escravagista da produção brasileira–, a nossa literatura não aceita e nem incorpora precocemente elementos proletários, pois a participação desses elementos na própria produção brasileira é mínima. No caso francês, como nos mostra Rancière em *La noche de los proletários* (2010), roubando tempo do confinamento no trabalho manual, elementos do proletariado participaram do *métier* literário, e inclusive foram interlocutores de figuras como Victor Hugo.

Entre nós, como sabemos (e sem entrar aqui na crítica do que chamei acima o “caso francês”, que também se alicerça no colonialismo, por exemplo), existiu e existe uma forte hierarquia essencialista entre falas e inteligências, e por isso poderíamos dizer que o nosso republicanismo é anti-político. Entre nós a democracia se configura como algo que, desde a fundação republicana, se entende como resultado de pactos de “elites” que excluem o “povo” para melhor governá-lo, que pretendem “entender melhor” que o povo o modo como o Estado e o acesso aos privilégios da cidadania devem ser geridos. E qual é o subterfúgio usado para que o povo excluído da participação democrática não conteste esse estado de coisas para demandar seus direitos? Simples: basta convencê-los, e principalmente às classes médias, de que não fazem parte do “povo”, de que cada um é um “empreendedor”, “pra frente”, de que tem predicados morais superiores ou de que participa das decisões adotadas sem sua efetiva participação.

Contemporaneamente, *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro* (2019), ensaio do sociólogo Jessé de Souza, nos apresentou as singularidades do “ódio à democracia” em seu avatar brasileiro (bastante afim com outros autoritarismos latino-americanos, vale pontuar). Enquanto uma vastamente difundida tradição interpretativa,

com representantes da relevância de Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, apontava a um patrimonialismo herdado da metrópole portuguesa, e retraduzido nos termos de um “populismo” tendente à eternização no aparato de estado de uma elite política corrupta, Jessé nos propõe a escravidão sadomasoquista –e o massacre indígena– como origem verdadeira, a semente de toda a sociabilidade brasileira. Se a tese do patrimonialismo herdado de Portugal oculta a corrupção real de uma elite econômica sob a corrupção superficial de um aparato político que apenas serve a essa elite econômica e financeira (para Jessé o político corrupto apenas corresponderia ao “aviãozinho” da grande aparelhagem de uma dominação oligárquica e antipopular –a verdadeira máfia), a tese complementar do “Populismo”, um fantasma da vira-lata classe média, afasta qualquer tentativa de efetiva participação popular na política, inclusive sob a aparência de estar fazendo crítica social.

Quando pensamos que, em grande medida, os mais destacados representantes latino-americanos da “hegemonia nos estudos literários e culturais” têm seu alicerce em teses de “racismo culturalista”¹⁶ afins àquela do “patrimonialismo herdado de Portugal”,¹⁷ e que inclusive construíram seus protocolos a partir do que Mabel Moraña denominara uma “ideologia da transculturação” –consistente em uma “ideologia da mestiçagem” de cunho liberal, que apaga as diversidades numa espécie de denominador cultural médio, o mestiço, que acabaria obliterando a relevância do negro e do índio na história da literatura (Cf. 2006)–; quando, concomitantemente, entendemos junto com a Anita Martins Rodrigues de Moraes de *Para além das palavras: representação e realidade em Antonio Candido* (2015), que o pensamento da formação da literatura brasileira se alicerça nas mesmas premissas evolucionistas do pensamento *humanista e humanizador* que (como o próprio Jessé de Souza pontua) marginalizou a mão de obra escrava do trabalho formal, isto é, do mais básico instituto de cidadania, substituindo-a por mão de obra europeia, em um processo de branqueamento que hoje em dia se expressa através da infame premissa “as minorias devem se curvar às maiorias”... a partir dessas considerações podemos entender que foi justamente a obliteração, ou a marginalização, de subjetividades e grupos singulares em prol de um desenvolvimento homogêneo, aquilo que constituiu o nosso *autoritarismo crítico*, o nosso *racismo culturalista*.

Devemos pensar, sempre, no limite, um cenário latino-americano da contemporaneidade ou uma contemporaneidade em suas possibilidades concretas. E a

contemporaneidade não parece muito menos autoritária. Como disse o Silviano Santiago do ensaio “Os bestializados” (1994), não existe uma “solução pós-moderna e racional para o problema do bárbaro frente ao civilizado” (Santiago, 2008, p. 100). A nossa contemporaneidade pandêmica, de fato, longe de dar resposta à pergunta por “como incorporar o periférico e subdesenvolvido à Revolução da Informática na época dos mercados comuns de fundo neoliberal” (Santiago, 2008, p. 100), parece abraçar e normalizar a exclusão ao mesmo tempo que o campo universitário se projeta sobre redes sociais e em perfis e plataformas curriculares como um campo do pensamento progressista, “correto”, como o último refúgio da ciência, do politicamente certo e do pensamento crítico participante.

2) A educação superior como fetiche e sua leitura vira-lata: alguns sintomas na literatura brasileira

No caso brasileiro, em tempos em que estamos hiper-conectados, mas também hiper-isolados, com a cabeça enfiada no espelho e à intempérie, o acesso à educação superior não é garantia de respeito pelo conhecimento, nem de um compromisso com o bem-estar coletivo. A melhor demonstração disso é que parte substantiva do eleitorado de Jair Bolsonaro possui curso superior e integra o funcionalismo público. Inclusive, nessa faixa há uma certa estabilidade no apoio ao governo Bolsonaro –governo em que o terraplanista e ex-astrólogo Olavo de Carvalho designa os ministros da educação e as autoridades das agências de fomento. Vemos esse eleitorado tentando vencer “de carteirada” em muitos cenários, e várias das instituições “científicas” apoiando barbaridades como o tratamento com cloroquina –que “não possui comprovação de ser efetiva no combate à COVID-19, mas também não tem comprovação de não ser efetiva”.¹⁸

Sem muito esforço, vendo na própria história das nossas representações, na história da literatura por exemplo, poderemos notar que esse caráter fetichista dos títulos e cargos e do prestígio simbólico da formação profissionalizante é um profundo sintoma da desigualdade brasileira. Ou seja, o título é garantia de um lugar social, de um capital simbólico, e não necessariamente a garantia de um saber ou de um compromisso advindo desse saber. Na confrontação capital simbólico VS conhecimento científico, afinal, sempre perderá o segundo termo.

Vivemos uma história que, como coloca a Flora Süssekind de *Tal Brasil, qual romance?* (1984), ou o Silviano de *Genealogia da ferocidade* (2017), visibilizou um “concreto” tipo de cidadania em detrimento de outros, abriu mão do “bárbaro” supostamente para civilizá-lo, mas na verdade erigiu autoridades absolutas e tão volúveis, por vezes, quanto os bacharéis machadianos. De fato, “Teoria do medalhão” (*Papeis avulsos*, 1882), de Machado de Assis é uma entrada maravilhosa para entender essa importância mínima do saber face à importância imensa da *distinção*, pois é uma teoria do semblante, uma teoria em que o pai burguês manda o filho se formar para, quanto às ideias, “não as ter, absolutamente”, sendo mais proveitoso elaborar a aparência de quem as tem. Isto quer dizer que o semblante do Medalhão serve para disfarçar a arbitrariedade de razão, o caos autoritário de necessidade e a mediocridade de organização cultural em prol da civilização –além de para ocultar a divisão, a diferença e a contradição que lhe são constitutivas como sujeito histórico.

Lima Barreto, que viveu na própria carne os efeitos tardios da mediocridade positivista, parece freqüentemente se interessar pelo mesmo tipo de sintoma que se enuncia na “Teoria do Medalhão”, só que na sua impregnação pequeno-burguesa. É algo que encontramos em *Os bruzundangas* (1922), ou em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), mas é singularmente expressivo em livro inacabado que, justamente, por seu caráter de narrativa de hospício, nos oferece o que poderíamos chamar de “um quadro sintomático forte”. Esse livro, póstumo e inacabado, se intitula *Cemitério dos vivos* (escrito entre 1919 e 1920), e é uma espécie de romance autobiográfico em que o protagonista, chamado de Vicente Mascarenhas (o vicário e a máscara, note-se), é internado –ou “seqüestrado”¹⁹ no Hospital Nacional de Alienados no Rio de Janeiro pelos seus problemas de alcoolismo.

Negro e alcoólatra, como o próprio Lima Barreto, Mascarenhas se surpreende com uma obsessão fixa, comum entre muitos dos internos e dos médicos: são leitores de livros influentes vindos tardiamente das grandes metrópoles, dos Estados Unidos ou da Europa, mas também são incapazes de observar a realidade circundante, que enxergam sem ver, presos numa obsessão pelo prestígio, mas sem verdadeiro interesse pelo saber. De novo, na confrontação capital simbólico VS conhecimento científico, vence o capital simbólico-e como capital que é, o simbólico se unifica na reflexão do narrador ao outro

capital, o econômico. Ambas são fontes de doença, e essa doença se desdobra numa espécie de idiotia:

Esta nossa sociedade é absolutamente idiota. Nunca se viu tanta falta de gosto. Nunca se viu tanta atonia, tanta falta de iniciativa e autonomia intelectual! E um rebanho de Panúrgio, que só quer ver o doutor em tudo, e isso cada vez mais se justifica, quanto mais os doutores se desmoralizam pela sua ignorância e voracidade de empregos. Quem quiser lutar aqui e tiver de fato um ideal qualquer superior, há de por força cair. Não encontra quem o siga, não encontra quem o apoie. Pobre, há de cair pela sua própria pobreza; rico, há de cair pelo desânimo e pelo desdém por esta Bruzundanga. Nos grandes países de grandes invenções, de grandes descobertas, de teorias ousadas, não se vê nosso fetichismo pelo título universitário que aqui se transformou em título nobiliárquico. É o Don espanhol (Barreto, 1920, s/p).

É esse fetichismo dos títulos que torna aceitáveis os determinismos positivistas que condenam ao isolamento, ou melhor, dizendo ao *seqüestro*, o escritor negro e alcoólatra, que em certo ponto pondera: “estávamos, quanto à experiência, ao método experimental, caindo nos mesmos erros e exageros que os escolásticos medievais” (1920, s/p). Note-se, é a mesma ponderação de Flora Süssekind: o positivismo têm uma transcendência na cultura brasileira que não é devida à sua exatidão ou à sua racionalidade, mas à duplicação xenófoba do país, que permite separar os certos dos errados, autorizar os autorizados para afastar os excluídos: “é bem sabido que os especialistas, sobretudo de países satélites, como o nosso, são meros repetidores de asserções das notabilidades européias[...] Abdicam do direito de crítica, de exame, de livre-exame; e é como se voltássemos ao regímen da autoridade” (Barreto, 1920, s/p).

E claro, o autoritarismo intelectual forma sistema com o autoritarismo policial. Afinal, o segundo é manifestação e ferramenta do primeiro: “A polícia, não sei como e porquê, adquiriu a mania das generalizações [...] todo o cidadão de cor há de ser por força um malandro; e todos os loucos hão de ser por força furiosos e só transportáveis em carros blindados” (Barreto, 1920, s/p).

Dessa maneira, o hospício, o *Cemitério dos vivos*, se torna uma espécie de sintoma da nacionalidade, um quadro em que a admiração pelos títulos é uma decorrência do culto colonizado pela nobreza: “O hospício tem uma particular admiração pelos títulos doutorais, patentes, e um culto pelas nobiliarquias familiares” (Barreto, 1920, s/p). Esse caráter endogâmico, complementarmente, também permite enxergar a Literatura como instituição, e acredito que é pensando nela como campo social e como

tarifa que Mascarenhas-Lima Barreto afirma: “Ah! A Literatura me mata ou me dá o que eu peço dela” (Barreto, 1920, s/p).

Sabemos o resultado, sabemos o que a literatura e seu campo fizeram e fazem com esse escritor extraordinário, e sabemos que a crítica positivista –com figuras fundacionais da crítica brasileira, como Silvio Romero– lia também Machado de Assis sob esquemas de determinismo fisiológico e racial, mas o que gostaria agora de destacar é o modo como este diagnóstico de Lima Barreto coincide em muito com o de um observador estrangeiro, e pouco dado a edulcorar suas observações, que em 1930, também na cidade do Rio de Janeiro, pode testemunhar a comemoração do aniversário da alforria dos escravos.

Quando vindo ao Rio de Janeiro, entre os meses de março e maio de 1930, Roberto Arlt foi publicando uma série de crônicas, ou águas-fortes como ele chamava, no jornal *El Mundo*, e nelas o escritor se surpreendia pelo caráter educado e dócil de uma população claramente afundada na miséria. De acordo ao autor de *Los siete locos* (1929), o Rio é uma cidade “de gente decente”. E qual o motivo dessa docilidade, dessa decência? Em água-forte datada em 14 de maio de 1930 acaba se explicando essa honestidade ou decência de homens negros e descalços: a escravidão no Brasil só foi abolida em 1888, 42 anos antes dessa data.

Quando instado a entrevistar algum ex-escravo, para saber de primeira mão as condições e detalhes da vida acorrentada desses que hoje têm a “decência” de, p.ex., não roubar as garrafas de leite deixadas toda manhã nas portas de casas de bairros nobres, o escritor parece compreender algo tão pesado, que só lhe resta o legar esse horror à fantasia: “No me resuelvo Y todavía no me he resuelto a reportear a un ex esclavo. No sé. Me da una sensación de terror entrar al «País del Miedo y del Castigo». Lo que me han contado me parecen historias de novelas... [...] una historia sucedida en un país de la fantasía” (Arlt, 2013, s/p).

Qual é a contraparte desse horror? Como a sociedade carioca estabelece dignidades no torvelinho desse horror fantasiado de “decência”? Na água-forte de 25 de abril de 1930 parece se esboçar uma resposta, em muito coincidente com o diagnóstico manicomial de Lima Barreto: “Aquí se arregla a las personas con conversación y títulos, no con plata” (Arlt, 2013, s/p).

Como espero ter mostrado, o formalismo dos títulos e dos reconhecimentos acadêmicos, ao menos como elaborado por Arlt e Lima Barreto, se relaciona com a escravidão e com a violência ao modo de um contrapeso. É uma marca de classe, e de raça, que diferenciou historicamente os autorizados, os escutados, dos não autorizados e silenciados. Ou seja: o título não evidencia a posse de um saber ou um conjunto de competências profissionais, mas o acesso a um privilégio. Por isso é uma espécie de loucura, de idiotia. O fetiche usado por segmentos médios da sociedade, notoriamente a pequena burguesia, para se diferenciar do resto da classe trabalhadora, principalmente dos até há pouco tempo escravizados.

Como nos mostraram *A paixão segundo G.H* (1964), ou *Água viva* (1973), de Clarice Lispector, a virtualidade desse “outro” da hegemonia intelectual e acadêmica constitui seu mais concreto mal-estar. Esse “outro”, constituído pelo próprio “povo”, é mais virtual e projetivo que concreto. Barata, rainha degradada da África ou demônio, esse “outro” habita os quatinhos de empregada do intelectual, e convive com ele no seu dia a dia, sendo seu *mal-estar*.

Desse modo, pouco surpreende a infame crônica “A empregada” de Mario Prata, publicada no *Estadão* de 19 de dezembro de 2001, em que se lê:

Já tive grandes e inesquecíveis empregadas. Mesmo agora, a de São Paulo, por exemplo. Chama-se Gorette, tem um metro e meio, não come e assovia. E é eficientíssima. Divide a semana entre a casa do professor Antonio Candido (doutor em literatura) na segunda-feira, há 30 anos. Na terça, vai na casa da Marta Góes (jornalista e escritora) e Nirlando Beirão (jornalista e escritor), há 27 anos. Na quarta, dá um trato na vilinha do Antonio Prata (escritor), há sete anos. E, na quinta, vai à minha. E é analfabeta (2001, s/p).

O título do doutor em literatura pode até sustentar elaborações teóricas e discursos em prol da leitura, da literatura ou do letramento das classes populares. Antonio Candido, por exemplo, é autor das conferências “O direito à literatura” (1988) ou “A literatura e a formação do homem” (1972). A distinção doutoral autoriza a produzir discursos que tomam o “povo” ou o “rústico” como objeto, para aproximá-lo de um sujeito que pode declarar seu direito à literatura e à universalidade. A própria desigualdade e o quadro de dependência em que acontecem essas relações sociais tornam essa distância absoluta, e esse acesso a direitos muito improvável, íngreme em extremo. Se assovia no quarto da empregada, mas não se come, nem se lê.

A defesa do “direito à literatura”, embora discursivamente progressista, se alicerça nessa base material. Advinda do Romantismo, como a própria idéia de *formação*, a noção do “direito à literatura” é uma noção liberal cara à burguesia dependente, cujo projeto de conformação das nacionalidades latino-americanas incluía pela via da homogeneização, pela via da miscigenação e pela via da aculturação ou transculturação etnocentrada, um povo que, entretanto, era entendido como problema e sinônimo ou personificação do atraso que deveria ser superado.

Hoje que o filho da empregada tem algo mais de oportunidade para acessar à universidade, a educação superior perdeu em parte seu valor de fetiche.²⁰ Entendida como fábrica de títulos profissionalizantes e certificados de competências, passou também a sustentar o formalismo de uma pequena burguesia que pretende, pela via do consumo, o acesso a esses títulos e certificados que permitem participar do jogo do funcionalismo público e do mercado de trabalho privado. Ou seja, se mantém a vitória do capital simbólico sobre o conhecimento científico, mas em cenário degradado, no cenário da pequena burguesia brasileira, que precisa do título sem o empecilho do capital cultural que deveria sustentar esse capital simbólico.

O título não evidencia a posse de um saber ou um conjunto de competências profissionais, mas o acesso a um privilégio. E esse privilégio também está degradado. Não é mais o privilégio da *intelligentsia* autorizada, mas apenas o do acesso ao trabalho, freqüentemente informal. Empreendedor de si mesmo, resta ao profissional a concorrência pelas poucas vagas disponíveis, e em cenário precarizado ganha menos que o proletário histórico, tem menos chances de organização, participa menos dos cenários e das decisões realmente importantes.

Trabalhador que não sabe ser trabalhador, esse profissional aluga sua força de trabalho, crescentemente através de aplicativos, e de modo geral fornecendo suas próprias ferramentas, sua alimentação e sua saúde. Engajado em ondas de opinião, geralmente através de redes sociais, esse trabalhador acredita que participa do cenário político, embora essa participação esteja restrita ao âmbito das opiniões. Na verdade está excluído: é o universal sem a universalidade, o formado apenas pro forma, o letrado sem letras.

3) O ódio à democracia, versão brasileira

Acredito ser de utilidade uma breve caracterização do *ódio à democracia* na sua versão brasileira. Para fazê-la lançarei mão de dois livros de Jessé de Souza, a saber: *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro* (2019) e *A tolice da inteligência* (2015).

Para Souza, a primeira e mais importante das transformações do sistema econômico brasileiro é a abolição da escravidão. Como para Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997), para Jessé a transição do regime de trabalho servil ao assalariado, junto a outras singularidades da formação da sociedade brasileira a partir da ordem escravocrata, se dá apenas como uma abolição formal, que instaura um mercado formalmente competitivo com base no contrato entre indivíduos e sem a mediação do estado. Um nexu contratual desse tipo se dá através da relação de favor e do contrato de palavra, cujo corolário mais saliente é o próprio jaguncismo,²¹ uma instituição armada entre homens “formalmente livres” de enorme transcendência na história moderna no Brasil.

Bem, fato é que, junto com essa transição do trabalho servil ao assalariado, se opera um deslocamento do eixo de desenvolvimento econômico nacional. O sul e o sudeste do Brasil, com foco em São Paulo, substituem o Nordeste como pólos de desenvolvimento –um processo que teve na década de 1930 um momento notável de realização. Essa substituição, por outra parte, se deu sobre a base do trabalho livre, isto é, não escravo, mas os encarregados desse trabalho não foram os ex-escravos, e sim imigrantes. Contingentes estrangeiros que vieram para São Paulo e para o Sul a partir da década de 1880 aos milhares e que, por causa da sua inclusão como trabalho, tiveram também reconhecida sua cidadania sob a forma de acesso à ocupação, à educação e à moradia. Os trabalhadores libertos, entretanto, negros e pardos em sua maior parte, foram abandonados pelo capital e pelo seu representante, o Estado, largados à própria sorte. Para Jessé, como para Carvalho Franco, a existência dessa classe singulariza e explica como nenhum outro fator a situação social, política e econômica do Brasil.

A “ralé brasileira”,²² formada por essa classe abandonada à própria sorte, é jogada dentro de uma ordem social altamente competitiva, que desconhece e para a qual não foi preparada. Esse abandono equivale a uma condenação eterna, pois abaixo da aristocracia rural que rapidamente se modernizou, na esfera aberta pela livre empresa em expansão, prevaleceram os imigrantes europeus e os segmentos mais cultos ou semi-instruídos de origem nacional. Abaixo do segmento dos novos incluídos, se situou

uma plebe nacional composta por brancos que se deslocaram dos campos à cidade e viriam conformar os quadros operários históricos, pois geralmente se empregaram na indústria e no trabalho qualificado. Ainda mais abaixo, se deu a constituição daquilo que Jessé chama de “ralé brasileira”: “composta pelos negros recém-libertos e por mulatos e mestiços” (2019, s/p) que passam a ocupar as favelas ou as lavouras de subsistência, e para quem restam apenas interstícios como o baixo proletariado, o ócio dissimulado, a informalidade do trabalho, a criminalidade fortuita. Tendo perdido a posição de principais agentes do trabalho, essa “ralé” perdeu também qualquer possibilidade de efetiva representação política na democracia burguesa e restou exposta à intempérie da violência mais covarde por parte do Estado, que afinal representa os interesses do capital.

Vítima permanente de violência, se impõe a esse herdeiro da escravidão uma moral do trabalho em que deve agradecer a possibilidade de se empregar em serviços mal remunerados e até aviltantes. Deve ser um trabalhador orgulhoso do seu trabalho, mesmo que muito pesado e/ou mal remunerado, mesmo que seja o mesmo trabalho que pouco antes era o símbolo da sua desumanidade e condição inferior de escravizado. Nesse quadro se dá um fenômeno interessante: mulheres negras, devido à especialização em serviços domésticos, encontram uma situação um pouco menos desfavorável, e conseguem acesso à ocupação e ao trabalho. Essa circunstância explica a matrifocalidade de muitas famílias brasileiras, essa que tanto incomodava em plena campanha presidencial o general Hamilton Mourão, vice de Jair Bolsonaro, pois de acordo com ele “casa de mãe solteira é fábrica de desajustados”.²³

Dado que a violência simbólica é profundamente internalizada, também se cria uma oposição entre os excluídos, o que se traduz por uma oposição entre os “desocupados” e “vagabundos” e os “pobres honestos e trabalhadores”. Essa diferenciação, por vezes, significa a marginalização dos desocupados dos seus contextos de socialização: a família, a comunidade e o trabalho. Desse modo também se exclui a possibilidade da identidade ou da solidariedade de classe na “ralé”, e se perpetuam nela as marcas da escravidão-sendo a auto-percepção negativa e preconceituosa um dos estigmas mais profundos.

Ora, esse quadro é funcional ao mercado. Além da bruta ampliação do chamado “exército de reserva”, essa exclusão endêmica dos herdeiros da escravidão é assimilada

pelo mercado sob a forma da informalidade do trabalho. E desse modo a classe média, de que falarei mais adiante, pode usar esses homens e mulheres disponíveis para tarefas pesadas, como o trabalho doméstico, e usar o tempo/dinheiro roubado à “ralé” em tarefas mais produtivas e bem remuneradas.

Há muitos fatores consideráveis na formação das chamadas classes medias – acesso ao trabalho, tipo de trabalho, educação, formas de socialização familiar–, mas talvez seja oportuno aqui dizer que há um fator determinante no seu *ethos*: a ideologia que invisibiliza a desigualdade de classe e projeta o sucesso pessoal não como resultado de um privilégio, mas de um mérito pessoal. Maria Sylvia ou Roberto Schwarz diriam – caso tivessem se ocupado da questão contemporânea do “mérito”– que essa noção meritocrática também se associa de algum modo ao tipo de “contrato” (atravessado por predicados morais) que se tornou regra entre quadros rurais do trabalho não-escravo e a propriedade rural, mas o que interessa aqui é dizer que a ideologia do mérito cria também o seu estereótipo de contraste: o negro desocupado e vagabundo, que não sobe na vida porque não quer, e que é ignorado e excluído, e nos casos mais graves o inimigo a ser abatido, o mal a ser exorcizado. Um inimigo *virtual*, note-se, tão virtual quanto o mérito que as classes médias projetam sobre si.

Usando dessa ideologia do mérito, as elites reais, o 1% da população, de acordo com Souza (2015, p. 6), a elite herdeira do processo de transição da produção de base escravocrata à produção de base assalariada, conseguiu fazer com que as classes medias brasileiras trabalhassem em nome dos seus interesses de dominação. Aspirando à participação das decisões e dos rituais de socialização das elites reais, essas classes medias apagam ou invisibilizam (ideologicamente) sua própria herança de capitais simbólicos, sociais, econômicos, familiares e culturais e aprofundam ainda mais a humilhação e a injustiça histórica cometida contra a “ralé”, a imensa maioria da população brasileira. Por esse motivo, porque a sua negação implica também a negação desse processo histórico de modernização, é que o pertencimento de classe deve ser negado. Quem consegue, consegue por merecimento, e não, nunca, por privilegio; quem não consegue, foi preguiçoso e deveria se esforçar mais. É a legitimação perfeita da meritocracia individual, sem lastro nas desigualdades da sociedade, e também a validação da exclusão como natureza dada.

Daí se depreende essa “duplicação xenófoba do país” teorizada por Flora Süssekind para estudar a ficção brasileira da passagem do século XIX ao XX, pois quem faz a literatura são os intelectuais. Para essa classe, insiste Souza, foi criado o engodo ideológico do “Populismo”, que alimenta um aparato estatal corrupto através da cooptação (via bolsas e auxílios) dos excluídos. E é para essa classe que o mercado seria uma espécie de território ideal, o oposto do malvado Estado (de que a classe media e as elites reais dependem quase absolutamente, via subsídios e serviços, não se esqueça), pois “objetivamente” selecionaria os indivíduos pelos seus méritos e sempre em nome de uma “mão invisível” que sempre acertaria. Através do aparato acadêmico, cultural, midiático, legislativo, super-estrutural enfim, se efetivaria essa duplicação xenófoba (Flora S.) ou *vira-lata* (Jessé), em que alguns indivíduos representariam a modernidade e o progresso meritocrático, enquanto a imensa maioria seria problema, doença e atraso a ser superado.

Por ser um fenômeno sociocultural, essa duplicação xenófoba, como antes disse, precisa invisibilizar os capitais culturais e econômicos que permitem trajetórias diferentes das classes nos sistemas educativos e na vida acadêmica. Se invisibilizam os capitais que, por exemplo, permitem que a classe média queira se educar, invista tempo e dinheiro na educação dos seus filhos, enquanto as classes populares precisam conciliar estudo e trabalho desde a primeira adolescência e com poucas chances de sucesso. Quando chegam à universidade, obviamente, esses filhos de classe media parecem “mais inteligentes”, mais dispostos e mais competentes que seus concorrentes das classes populares. Daí ao fetichismo dos títulos que preocupava Machado, Lima Barreto e Arlt só há um passo, porque o título não representa mais o resultado de um privilégio ou de um trabalho conscientemente dirigido, mas um atributo moral e a insígnia de um valor superior.

Para Jessé de Souza, esse é o “exército de violência simbólica” usado pela elite que controla tudo, do mesmo modo que no passado coronéis faziam controle social através de seus “exércitos de violência física”. As classes medias –formadas por extratos conservadores da classe média tradicional e por setores ascendentes da nova classe trabalhadora– são as que mais apóiam as bandeiras meritocráticas como se fossem suas, e paradoxalmente “são as que mais sofrem com os bens e serviços superfaturados e de qualidade duvidosa que o 1% mais rico vende a elas” (Souza, 2015, p.6).

Esse quadro se complexifica quando pensamos que o que chamamos “classes medias” inclui a burguesia, possuidora de meios de produção, e a pequena burguesia – que compreende trabalhadores semiautônomos, funcionários públicos e comerciantes de pequena escala, cuja posição econômica é determinada como refletindo-se na da alta burguesia, com a que alguns pequenos burgueses se desejam identificar e que procuram imitar. Essa pequena burguesia é a mais ferrenha defensora da ideologia meritocrática pois, proveniente da “ralé”, ou mais raramente desclassada a partir da burguesia, precisa ocultar o sistema de privilégios que lhe permite aspirar à promoção social.

Essa ideologia do mérito, como disse acima, cria também o seu estereótipo de contraste, e se traduz por um ódio e desprezo contra quem é considerado sub-humano: a ralé desclassada e excluída. Mesmo os semiquualificados e precarizados, os trabalhadores do empreendedorismo de aplicativos, por exemplo, tentam se distinguir dessa ralé odiada, super-explorada e considerada inferior.

De acordo com Jessé: “O Brasil passou de um mercado de trabalho escravocrata para um formalmente livre, mas manteve todas as virtualidades do escravismo na nova situação” (2019, s/p). Essa é a concreta face do *ódio à democracia à brasileira*: a de um povo que se exclui super-estruturalmente por representar a virtualidade de todos os males, entre eles o próprio Estado, a de uma classe média que “participa” virtualmente dos valores da elite real apesar de freqüentemente ser precarizada e desqualificada em nome dos interesses dessa mesma elite, e a de uma elite quase invisível, o 1% que domina o mercado e que, mesmo no seu entre-lugar dependente latino-americano, se beneficia materialmente com todo esse sistema de exclusão e privilegio.

O ódio à democracia, na sua versão brasileira, por fim, se fundamenta numa distorção da percepção da realidade social. Dado que os fatores de desigualdade que alicerçam a nossa realidade social são evidentes, e que a ideologia meritocrática se hegemoniza como cultura a partir dos desejos e necessidades de ascensão das classes medias, notadamente da pequena burguesia, não é de se esperar que essa hegemonia tenha enorme respeito pelo conhecimento ou pela ciência. Como mostrarei mais adiante em relação com a adoção despreparada e acrítica do ensino remoto, essa ideologia se adapta e distorce inclusive no âmbito universitário os próprios valores “universais e iluministas” que a universidade brasileira supostamente deveria defender.

4) A exclusão e a bestialização como regra dos “pactos de elites” no Brasil / Condições do “retorno remoto” na UFSC

É fato conhecido que a própria República brasileira fora fundada na ausência do povo, como registram as palavras do ministro do Interior do governo provisório Aristides Lobo (1838-1896), que descreveu a proclamação republicana como um feito “puramente militar”: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava” (*apud* Rabello, 1966, p. 44).

De fato, poderia se afirmar que a bestialização é a regra dos pactos de elites no Brasil. Silviano Santiago (2008), em texto de 1994, já fazia de Lima Barreto um paradigma do escritor bestializado, fora do conhecimento dos detalhes propriamente políticos da proclamação republicana, ignorante mesmo dos fatos dessa instauração, e profundamente desconfiado do governo de figuras como o sanguinário Marechal Floriano Peixoto. Por que o escritor confiaria nos republicanos, se notadamente representavam as figuras do abandono após a abolição? Por que abraçaria um tipo de governo cujo maior feito militar, e fundante da própria República, tinha sido o crime do extermínio de Canudos?

Essa desconfiança, e a não participação de um processo que aconteceu como um golpe militar, tornava os excluídos instintivamente “conservadores”, ao menos no sentido de contrários à idéia de um *progresso* que claramente não os incluía –talvez por considerar melhor o mal conhecido que o bem por conhecer. E qual foi o modo em que se sustentou essa nova república? Silviano, citando Maria Isaura Pereira de Queiroz, responde: através do mandonismo local, do poder oligárquico provinciano e com exércitos para-militares (2008, pp. 95-96). Isso quer dizer que os bestializados sofrem uma dupla bestialização: não só são excluídos dos pactos e dos arranjos que governarão suas existências, também são obrigados a aceitar essas formas de governo, o próprio slogan de *ordem e progresso*, sob pena de apanhar, desaparecer ou morrer. Esse modo de “neutralizar os efeitos perniciosos da massa popular” tem seu cenário mais dramático no massacre de Canudos, acima mencionado, e um desdobramento terrível na Guerra do Contestado.

Para além dos cenários e dos avatares dessa “regra” que no Brasil toca o progresso para o futuro, quero me deter mais adiante sobre as condições em que na UFSC foi aprovado e implementado o ensino remoto.

Antes de abordar essa questão acredito necessário fazer uma ressalva e nuançar o que “elite” significa quando falo sobre o campo acadêmico. Quando digo “pactos de elite” não estou dizendo que quem participa seja, de fato, parte de uma elite. Geralmente não é, mas acha que é. Virtualmente, participa. E age, na verdade, em defesa dos interesses da elite real e em detrimento da “ralé” (como diria Jessé de Souza), isto é, em detrimento da própria classe trabalhadora.

Me estendo na ressalva

Randal Johnson, em conhecido texto intitulado “A dinâmica do campo literário brasileiro (1930-1945)” (1995), caracteriza o campo literário brasileiro como dominado dentro de um campo dominante. Isto quer dizer que, localizado na zona dominante do espaço social, ou seja dentro do campo do poder, o campo literário e acadêmico não dominam esse campo, mas “participam e expressam, de várias maneiras, as clivagens que caracterizam o pensamento da elite social de modo geral”, e desse modo “servem, em última instância, para reproduzir, em um mercado de bens simbólicos, a estrutura hierárquica da sociedade” (Johnson, 1995, pp. 167-168).

Para Johnson, algo que expressa de maneira clara essa servidão a uma estrutura hierárquica é o sentido de uma “missão” auto-atribuída que “freqüentemente assume a forma de ‘consciência’, ‘guia’, ‘mentor’ ou ‘voz’ nacional” (Johnson, 1995, p.169). Esse senso de missão, o “forjar uma cultura nacional”, remonta ao menos ao Romantismo brasileiro, e se desdobra em períodos como o da República (1889) em que a intelectualidade abraçou o positivismo combinado com um liberalismo notadamente ideológico; ou se desdobra em períodos como o Modernismo da década de 1920, que se caracterizou por um nacionalismo cultural que procurava as raízes da brasilidade e que se institucionalizou fortemente no período do Estado Novo, em que a maioria dos modernistas foi incorporada ao aparato do Estado. Já no período entre 1930 e 1945, o campo literário brasileiro se especializa e centraliza em um mercado editorial dominado por editoras como a José Olympio, e se vive o paradoxo de uma proliferação do interesse regionalista totalmente centrada na cidade do Rio de Janeiro. Em paralelo, graças à especialização universitária iniciada na década de 1930 com a criação das universidades, a crítica se profissionaliza nesse período, se tornando crítica acadêmica e em parte se

afastando do campo literário propriamente dito, apesar de –junto com a indústria editorial– se estabelecer como uma instância de reconhecimento e legitimação.

O período posterior está dominado pela ideologia do sistema, da formação e da mestiçagem, que veio a ser suplantada pela deriva textualista e pelo culturalismo pós-moderno. Como disse no início deste trabalho, essas vertentes nem foram alheias ao evolucionismo do XIX, nem conseguiram lidar com a assimetria e a exclusão em tempos neoliberais, reproduzindo também a estrutura hierárquica da sociedade até os nossos dias.

Em tempos em que poderíamos dizer que o campo literário e o campo acadêmico estão mais claramente separados, especializados e desvalorizados, nesta temporalidade de neoliberalismo cognitivo próprio de um capitalismo tardio, em que ao dizer de Mark Fisher “Tudo que é sólido desmancha nas relações públicas” (Cf. 2019), também é possível se dizer que esses campos participam e expressam as clivagens que caracterizam o pensamento da elite social de modo geral e reproduzem, em um mercado de bens simbólicos, a estrutura hierárquica da sociedade. Mas de que maneira acontece isso? Justamente: pela incorporação, não raramente acrítica, e duplamente acrítica em condições de dependência, de noções meritocráticas que invisibilizam os capitais culturais e econômicos que permitem trajetórias diferentes das classes nos sistemas educativos e na vida acadêmica, legitimando assim o valor dos indivíduos sem lastro nas desigualdades da sociedade, e também a validação da exclusão como natureza dada.

Essa adoção acrítica de noções meritocráticas, por outra parte, não acontece à margem da utilização compulsória de tecnologias da informação e de controle que, de acordo com Mark Fisher (2019), prolifera uma nova forma de burocracia (desse modo descumprindo uma promessa do neoliberalismo, auto-proclamado anti-burocrático e anti-estatalista): a burocracia dos objetivos e das metas, dos resultados, das declarações de princípios e intenções. Frequentemente através de plataformas curriculares, como a *Lattes*, ou de cadastramento e acompanhamento de projetos e desempenhos profissionais (PAAD ou SIGPEX,²⁴ p.ex.), o professor universitário se desmancha nas relações públicas e se torna o agente de uma série de projeções, ou representações, que não necessariamente coincidem com resultados verdadeiramente alcançados.

Empreendedor de si mesmo, enredado no engodo de uma evidente marketinização do ensino, o acadêmico começa a pensar de uma maneira igualmente

confusa, principalmente quando traduzida em analogias: o estudante é um *usuário* ou o *produto* dos *serviços* educativos? O professor é um *produtor* ou um *reprodutor* de conhecimento? Seu papel é a produção do conhecimento ou apenas a sua publicidade? Isso por outra parte produz o que Fisher chama de um “estalinismo de mercado” (2019, pp. 71-73), em que há uma predominância da avaliação dos símbolos de desempenho sobre a avaliação de desempenhos reais. Um artigo vale tanto quanto vale a avaliação institucional do periódico que o publica (às vezes de maneira remunerada), sem mais considerações sobre seu conteúdo ou relevância; um título ou certificado valem em si mesmos, sem necessariamente atestarem uma determinada experiência ou competências concretamente adquiridas; os interlocutores e pares se desmaterializam na figura do “contato”; a reação ou o posicionamento cavilados e parcimoniosamente construídos pela via do estudo se transformam em rápidos posicionamentos de opinião, que se emitem com a velocidade viral das redes sociais.

Nisso, no seu modo de produção de valor, o neoliberalismo cognitivo é muito semelhante ao mercado financeiro, pois o que produz valor na bolsa de valores não depende tanto do que uma empresa “realmente faz”, mas das percepções e crenças em seus rendimentos futuros que é capaz de gerar. Fisher argumenta que com a diluição do Grande Outro²⁵ no pós-modernismo,²⁶ e com o Capitalismo “realmente existente” em sua fase de Real crítico –isto é, na fase em que sinais virais e digitais circulam em redes auto-sustentáveis que ultrapassam largamente o restrito campo do simbólico– se cumpre o horror kafkiano de um controle retroativo, não centralizado e sem uma autoridade última a quem possa se remeter uma demanda ou o estabelecimento de um valor. Assim, só restam funcionários hostis, perdidos na interpretação e satisfação do que o fantasmático Grande Outro deseja.

A diferença entre as sociedades disciplinares e as sociedades do controle é justamente essa: a diferença entre a absolvição/condenação ostensiva e a postergação indefinida. Infinitamente adiado, diluído e descaracterizado pelo seu próprio ultrapassamento no simbólico, esse Grande Outro se torna onipresente, como deus, à medida que se virtualiza. Foucault, em *Vigiar e punir* (1975), justamente fala da “natureza *virtual* da vigilância” (apud Fisher, 2019, p. 86). E *virtual*, nesse livro de Foucault, quer dizer “não necessariamente presente”, pois quem ocupa o posto de vigilância, o panóptico, poderia estar e não estar presente (um gato de Shrödinger). *Virtual*, ou seja

sem modo de garantir a sua presença, esse vigilante se torna também onipotente, se introjeta no sujeito, que passa a se auto-vigiar e auto-censurar, pois atua como se o tempo inteiro estivesse sendo observado.

Dado que, como disse acima, há no presente uma predominância da avaliação dos símbolos de desempenho sobre a avaliação de desempenhos reais, e que o professor universitário se desmancha nas relações públicas ao se tornar o agente de uma série de projeções, ou representações, que não necessariamente coincidem com objetivos verdadeiramente alcançados, o professor também se torna uma virtualidade. (Adiantando algo que desenvolverei mais adiante: ser virtual é ser mero instrumento, meio e nunca fim). O professor *deve* estar presente nos lugares contemporâneos da presença, isto é, nas redes sociais, nas plataformas curriculares, nas *lives* pandêmicas, pois é a presença nesses lugares que atesta a sua existência, a sua relevância e o seu *trabalho*. E o que se desenha nesses lugares de virtualidade? Objetivos, metas, resultados, declarações de princípios e intenções, endereçados a um Grande Outro e a uma “sociedade” que, projetados pela grande máquina das representações (que tem donos, que representa interesses concretos), são tão diluídos, abstratos e fantasmais quanto os tribunais kafkianos.

Desse modo pouco surpreende que, em momento de pandemia, sem nenhuma ameaça de fato, mas apenas sob assédio midiático de grupos empresariais como FloripAmanhã ou a própria Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC),²⁷ reunidos no denominado Movimento Floripa Sustentável, e apoiados pelo MPF,²⁸ grupos que permanentemente atacam a universidade pública,²⁹ pois entre outras coisas também concorrem com ela no mercado da educação privada,³⁰ através dos seus jornais e veículos de imprensa próprios, a UFSC, em corpo representada pelo seu Conselho Universitário, tenha decidido um retorno remoto às aulas amplamente excludente,³¹ despreparado e sem lastro no conhecimento científico ou social por ela mesma produzido. Com isto estou querendo dizer que a universidade atuou à revelia da sua própria missão, supostamente herdada do Iluminismo, e também sem considerar ou escutar amplos setores da sua população, especialmente a mais vulnerável, para dar ouvidos à mídia e ao empresariado catarinenses –que, diga-se de passagem, nunca foi muito sensível às demandas da sociedade, e que em tempo pandêmico também não foi nem um pouco sensível às demandas da ciência.³²

Neste ponto é possível dizer que, como antes tentei argumentar, o campo acadêmico, organicamente atrelado à classe média brasileira, “participa” *virtualmente* dos valores da elite real apesar de freqüentemente ser precarizado e desqualificado em nome dos interesses dessa mesma elite, quase invisível, o 1% que domina o mercado e que, mesmo no seu entre-lugar dependente latino-americano, se beneficia materialmente com todo esse sistema de exclusão e privilégios. Em nome do *trabalho* e da *presença*, ou seja do produtivismo acadêmico e da manutenção de vínculo com o interesse do capital privado impostos por um muito diluído e descaracterizado Grande Outro,³³ o campo acadêmico adere às bandeiras meritocráticas como se fossem próprias, beneficiando o 1% que lucra, inclusive, vendendo a essa fração da classe média subserviente bens e serviços superfaturados e de qualidade duvidosa.³⁴

Dado que as bandeiras meritocráticas, como antes disse, ondeiam para ocultar a divisão, a diferença e a contradição entre as classes sociais, o único debate que foi encarado pela Comissão Acadêmica (designada pelo Comitê de Combate à Pandemia do COVID-19, por sua vez, designado pelo CuN da UFSC), parece ter transformado a circunstância pandêmica brasileira numa questão de conectividade ou não-conectividade³⁵, meramente instrumental, pois a discussão e os trabalhos dessa comissão apenas priorizaram as dificuldades tecnológicas dos estudantes,³⁶ deixando em segundo lugar a segurança alimentar, habitacional e psicológica da população universitária mais vulnerável. Ora, as próprias dificuldades e contradições geradas pelas modalidades de ensino remoto,³⁷ como por exemplo o alto índice de evasão comprovado até o momento nas IES que optaram por essa modalidade de ensino,³⁸ não foram nem remotamente abordadas, e os questionários elaborados por essas comissões careceram de objetividade e rigor metodológico.³⁹

Note-se, então, que no caso do campo acadêmico (do qual faz parte o campo acadêmico da área de letras) e na circunstância concreta do retorno remoto da UFSC, se cumpre um axioma da teoria dos campos, presente p.ex. em Lahire (2002) ou em Bourdieu (1996): em nome de valores supostamente “autônomos” distorcidos, por exemplo a tão lembrada “autonomia universitária”, se defendem na verdade valores e interesses heterônomos. Em meio a uma pandemia, a universidade –infiltrada pelo aparato privado–⁴⁰ parece mais preocupada em como contribuir com a nova “normalidade”⁴¹ do que em como pensar respostas (e perguntas) para a crise econômica,

psíquica e sanitária que abala esta sociedade. Por esse caminho, trabalha à revelia da sua própria existência como universidade pública, autônoma e de qualidade⁴². A boiada passa também pela universidade em tempos de pandemia, com apoio da própria universidade.

Nesse ordem de idéias, é possível dizer que estamos à intempérie, com a cabeça enfiada no espelho, na *matrix*, e que a universidade dá prioridade às demandas e necessidades do 1%.⁴³ Obedecemos um Ministério da Educação Planetário (hoje a aliança OCDE-Banco Mundial), em nome de interesses privados⁴⁴ e de acordo a uma mentalidade da pequena burguesia, que projeta sobre si os valores, demandas e necessidades da elite real.

5) “O autor como produtor”, uma alternativa benjaminiana

O ensino remoto, apresentado inicialmente como solução emergencial, veio para ficar.⁴⁵ O investimento em TIC's (Tecnologias da informação e comunicação), por sua vez, é desde há vários anos crescente e recorrente nas instituições públicas e nas empresas privadas de educação que procuram através dessas tecnologias diminuir custos, dissolver a sindicalização e a organização do movimento estudantil e facilitar a reprodução massificada de “conteúdos”, padronizando e controlando saberes e práticas pedagógicas, e desatrelando, dessa maneira, ensino, pesquisa e extensão. Por outra parte é uma estratégia de governo, que se inspira nas universidades particulares, grandes empresas lucrativas, para reproduzir e implementar processos de trabalho remoto, privatizando a universidade pública aos poucos e desde dentro.⁴⁶ Assim, o que é apresentado como uma solução emergencial na verdade dispõe uma reestruturação definitiva. É uma contra-reforma educativa.

O que fazer? Devemos simplesmente nos submeter e aceitar essa “nova normalidade”? Devemos fazer oposição a esse “novo” estado de coisas que na verdade só aprofunda e estende a exclusão e a descaracterização da universidade como instrumento crítico da sociedade? Como fazer oposição nesta circunstância de virtualidade imposta sem debate, sem crítica e sem preparo?

Acredito que o pensamento de Walter Benjamin oferece uma alternativa, e que podemos adaptar algumas das idéias de “O autor como produtor” (Conferência

pronunciada no Instituto para o Estudo do Fascismo em 1934) à nossa realidade de pandemia e exclusão digital.

O primeiro que gostaria de destacar desse texto é a idéia de que não é suficiente ter ou manifestar tendências políticas ou opiniões “progressistas”, pois “a tendência política, por mais revolucionária que pareça, está condenada a funcionar de modo contra-revolucionário enquanto o escritor permanecer solidário com o proletariado somente ao nível de suas convicções, e não na qualidade de produtor” (Benjamin, 1993, pp.125-126). Isto quer dizer que não basta ter “opiniões democráticas”, ou seja que, como diria Rancière, a democracia não pode ser uma idéia, um catálogo de modos ou uma opinião: ela é exercida ou não é exercida. O grande problema de confundir ação com opinião, aliás, se vê maximizado com o tipo de socialização que nos foi imposto com as redes sociais, pois não raramente o docente assume que seu engajamento *online* é suficiente para combater desigualdades.

A opinião em redes é uma forma de consumo, e o mero consumo de mercadorias culturais “progressistas”, longe de refuncionalizar a máquina lubrifica seus mecanismos, tornando por sua vez seu “usuário” em uma mercadoria, que se consome e se carimba através de *likes* e compartilhamentos. Algo assim (guardadas as devidas nuances históricas) aconteceu, para Benjamin, com a Nova Objetividade e com a poesia de Erich Kästner, tomados por uma *melancolia de esquerda* que projetava na imprensa a luta contra a miséria como um objeto de consumo, ganhando na verdade uma visibilidade oportunista: “num certo sentido, foi uma liquidação de estoques na grande loja da inteligência [...] nunca ninguém se acomodou tão confortavelmente numa situação tão desconfortável” (Benjamin, 1993, pp. 75-76).

Outra maneira de se elaborar numa situação técnica modificada, para Benjamin, estaria numa subjetivação outra, em que o intelectual não se limitaria à crítica do processo produtivo, mas teria que aprofundar na reflexão e na ação a respeito do lugar que ele mesmo ocupa em tal processo. Para Benjamin, não se trataria de constatar a morte da civilização, do trabalho ou da experiência, e nem de escapar às torres de marfim da imaginação, mas de se apropriar da consciência da pobreza da experiência e das ferramentas da barbárie para “sobreviver à cultura” em um cenário técnico modificado. Isto quer dizer, em poucas palavras, que o intelectual teria que trabalhar pela liberação dos meios de produção a serviço da luta de classes, sempre com o pressuposto

de que o intelectual se identificasse a si mesmo com os produtores, isto é, com a classe trabalhadora (o proletariado), e não com a classe média à qual ele acha que pertence: “chegar à consciência de quão pobre ele é, e de quanto precisa ser pobre para poder começar de novo” (Benjamin, 1993, p.131).

Ora, como liberar os meios de produção a serviço da luta de classes? Benjamin aposta na refuncionalização brechtiana, pois ela procura não abastecer o aparelho de produção sem antes expô-lo e modificá-lo radicalmente (“O mostrar tem que ser mostrado”). Essa modificação se dá através da derrubada das barreiras estanques existentes entre as dimensões da produção e do consumo (da escritura e da leitura), assim como da superação das esferas compartimentadas de competência no processo produtivo (entre a imagem e a escrita, p.ex.). Por esse motivo, Benjamin esclarece: os fotógrafos devem aprender a escrever, e os escritores devem aprender a fotografar, pois essa separação e especialização do trabalho é que mantém a máquina funcionando sem crítica e sem aproximação entre produtores.

O desdém pela técnica é uma forma do que Mark Fisher denominaria *Realismo capitalista*, (a aceitação do neoliberalismo como horizonte único) pois deixa em mãos do capital a pergunta pela produção, e o fato é que deveríamos ter a capacidade de reencontrar o desejo, mesmo na circunstância atual de hedonismo depressivo a que fomos lançados: “Deveríamos lutar por algo diferente: pela construção de uma modernidade alternativa em que a tecnologia, a produção em massa e os sistemas impessoais de gerenciamento contribuam, todos eles, à remodelagem da esfera pública” (Fisher, 2019, p. 151).⁴⁷

Hoje poderíamos dizer que não basta ao professor se saber participante da classe trabalhadora, mas que também deve levar a sua crítica (quando existente) ao campo da sua ação: agora é obrigado a aprender a escrever com imagens e sons, um trabalho manual, e deve também aprender a escrever através da montagem, e edição, de modo a excluir o menos possível os seus estudantes, ao mesmo tempo que os leva à consciência de quão excludentes são as modalidades remotas de ensino. Inclusive, eu diria, o ideal seria combater a exclusão digital através de uma maior inclusão de demandas no processo de construção de ciclos de aprendizagem, na consideração do que o corpo discente espera e do que pode contribuir para participar da construção de conhecimentos.

Digo isso porque o ato educativo não pode se restringir a uma “transmissão de conteúdos”.⁴⁸ Quando é o “conteúdo” que prima, os seus agentes passam a uma posição acessória, sendo simplesmente substituíveis por arquivos digitais e por atestados de “recepção” de tal conteúdo. E agora, nesta versão atualizada da época da imagem do mundo, em que o professor se torna pura imagem síncrona ou assíncrona, devemos estar cientes de que o “valor de uso” cede seu lugar ao “valor de exposição”, em que a velha aura se dissolve cada vez mais e o domínio técnico e performático do aparelho passa ao primeiro plano.⁴⁹ Com isso, com o valor de exposição, também deveremos aprender a escrever, e é no corpo-a-corpo com os dispositivos que são produzidas as subjetividades⁵⁰. Por isso ninguém fique surpreendido se o professor-youtuber toma o lugar do professor-erudito ou do professor-sábio, pois seu valor de exposição na internet é maior, a sua é a aura nova da era de uma nova barbárie, e é nessa figura que o medalhão se completa como puro semblante: não depende da sua competência como pesquisador ou docente, mas da sua competência como comunicador, e isso pode se contabilizar rapidamente em *likes*, *views* e compartilhamentos.

Como lidar com esse predomínio da imagem e do conteúdo consumíveis? Apenas me ocorre uma medida suplementar: todo ato educativo exige um tempo e ações de preparo, e esse tempo e esses processos devem ser evidenciados, devem ser colocados para que o estudante ou “receptor” não faça simplesmente um consumo alienado dos produtos do trabalho do professor nem da sua imagem. Isso quer dizer que um professor/produtor antes que reproduzir condições as descobre, isto é, que antes que “ministrar” conteúdos que serão “recebidos” por alunos, o professor/produtor deveria deixar à vista em seu trabalho o quão excludente e contrária aos próprios valores “universais e iluministas” que a universidade deveria defender é a imposição remota nas condições atuais. O mostrar, assim, deve ser mostrado.

Em nada deveria nos surpreender este tipo de exigência, pois os estudos literários, supostamente, estão alicerçados em uma compreensão não-instrumental da linguagem. A literatura, nos diz um amplo leque teórico, do autonomismo moderno às propostas contemporâneas, não entende a linguagem como instrumento ou meio, mas como seu próprio fazer. Por isso literatura é *produção*. E a poesia não se faz a partir de uma noção instrumental da linguagem. Atinge os limites da linguagem (o seu ser-para-a-morte, a sua finitude), chegando ao balbucio, ao aturdido, o delírio, o não-dizer. Desse

modo desoculta as potencialidades normalizadoras da palavra da tribo, abrindo-a para outras possibilidades, refuncionalizando-a, e fazendo dos seus “usuários” produtores “conscientes” da sua própria alienação e dos automatismos que os confinam a nunca de fato falar.

Com e contra o campo acadêmico, de que o campo literário participa, e citando Lima Barreto, poderíamos dizer: “Ah! A Literatura me mata ou me dá o que eu peço dela” (1920, s/p).

Ser produtor é trabalhar com o aparelho de produção e contra ele. E viver democraticamente não é manifestar amor pela democracia, mas como dizia Rancière, sabendo que somos animais políticos porque somos animais literários, que a política é disposição de corpos no espaço social e simbólico, e que não há emancipação possível se não partimos de um igualitarismo –de acesso, de visibilidade, de voz– radical e inegociável.

Contra o consenso que pretende nos impor alternativas que não o são (“copo de leite ou farinata?”), devemos exigir que a educação nos dê o que exigimos dela: democracia e conhecimento. E no caso atual, democracia e conhecimento também significam saber sobre as condições de possibilidade do ensino remoto na circunstância pandêmica brasileira. Não é suficiente chamar os professores de “colaboracionistas”, como fez recentemente Giorgio Agamben (2020), também é preciso trabalhar de acordo com as exigências de um Iluminismo que, se bem questionável, se bem precário, pode, como foi pensado por Michel Foucault, “nos separar da contingência que nos fez ser o que somos” e nos abrir à possibilidade de “não ser mais”, através de um conhecimento genealógico na sua finalidade e arqueológico em seu método (Cf. 2002, p. 20). Só desse modo, esclarece Foucault, é possível se falar de uma *Aufklärung* depois da crítica da sua função humanista moderna: quando o uso universal, livre e público da razão se sobrepõe a seu uso privado.

Concluo dizendo que a consciência do professor ser um produtor, isto é, um trabalhador, o colocaria *com* e *contra* a técnica que o oprime e aliena da sua produção. E seria uma alternativa ao ódio à democracia. Já que os quadros docentes se modificaram, e foram permeados por uma proletarização hoje inegável, por outra parte, a consciência de classe tornada trabalho *produtivo* é uma pequena esperança e um começo de conversa.

Bibliografia

- Agamben, Giorgio. (2007). *Profanações*. Trad. Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo.
- Agamben, Giorgio. (2020). Réquiem para os estudantes. Artigo originalmente publicado por *Istituto Italiano per gli Studi Filosofici* em 23/05/2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/599292-requiem-para-os-estudantes-artigo-de-giorgio-agamben>. Acesso em: 20/08/2020.
- APUFSC. (2020). Nota da Diretoria: Protelações inconsequentes na UFSC. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2020/06/29/nota-da-diretoria-protelacoes-inconsequentes-na-ufsc/>. Acesso em: 10-10-2020.
- Arlt, Roberto. (2013). *Aguafuertes cariocas* [recurso eletrônico]. Buenos Aires: Adriana Hidalgo.
- Balmant, Ocimara; Gomes, Alex. (25 de agosto de 2020). O ensino remoto veio para ficar?. *Terra*. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/o-ensino-remoto-veio-para-ficar,72f6c342e05da6923b874e8cb1c0332e4o277zpr.html>. Acesso em: 10-09-2020.
- Barreto, Afonso Henriques de Lima. (1920). *O Cemitério dos vivos* [recurso eletrônico]. Ministério da Cultura/ Fundação Biblioteca Nacional/ Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/lima-barreto/>. Acesso em: 20-08-2020.
- Benjamin, Walter. (1993). A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: _____. *Magia e técnica, arte e política* (pp. 165-196). Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, Walter. (1993). Experiência e pobreza. (1993). In: _____. *Magia e técnica, arte e política* (pp. 114-119). Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, Walter. (1993). O autor como produtor. (1993). In: _____. *Magia e técnica, arte e política* (pp. 120-136). Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense.
- Bonilla-Molina, Luis. (Julho de 2020). Como fazer da educação a distância máquina de tortura. *Outrasmidias*. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-fazer-da-educacao-a-distancia-maquina-de-tortura/> . Acesso em: 30/08/2020.
- Bourdieu, Pierre. (1996). *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das letras.
- Candido, Antonio. (1975). *Formação da literatura brasileira*. Vol. I. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada.
- Carta do Instituto de Estudos de Gênero: Pensando o futuro da UFSC. (14 de Junho de 2020). *IEG-UFSC*. Disponível em:

http://www.ieg.ufsc.br/public/storage/news/CARTA%20IEG_Pensando_o_futuro_da_UFS_C.pdf. Acesso em: 15/07/2020.

Casa de mãe solteira é 'fábrica de desajustados', diz Mourão. (Setembro de 2020). *Época Negócios*. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/09/casa-de-mae-solteira-e-fabrica-de-desajustados-diz-mourao.html>. Acesso em: 15/07/2020.

Castorino, Adriano. *Ensino à distância como armadilha perfeita*. (2020). Cadernos Textos e Debates / Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas. Número 20 (2020) - Florianópolis: UFSC/NUER.

CFM. (2020). CFM condiciona uso de cloroquina e hidroxicloroquina a critério médico e consentimento do paciente. Disponível em: https://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=28672:2020-04-23-13-08-36&catid=3. Acesso em: 11-10-2020.

Comitê de Combate à Pandemia do COVID-19. (19 de junho de 2020). *As atividades da UFSC na pandemia de COVID-19*. Relatório inicial dos trabalhos dos subcomitês Científico, Acadêmico, de Assistência Estudantil, de Comunicação e de Infraestrutura e Administração e do Comitê Assessor. Florianópolis: UFSC. Disponível em: <https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2020/06/RelatorioCovid19-comit%C3%AA-assessor-UFSC-atualizado.pdf>. Acesso em: 11-10-2020.

Costa, Luiz. (15 de julho de 2020). Por que o EaD será implementado na UFSC?. *Universidade à esquerda*. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/por-que-o-ead-sera-implementado-na-ufsc/>. Acesso em: 11-10-2020.

Custódio, Caroline. (14 de julho de 2020). "Campanha contra o ensino remoto na UFGD". *Universidade à esquerda*. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/campanha-contra-o-ensino-remoto-na-ufgd-leia-entrevista/>. Acesso em: 11-10-2020.

Deleuze, Gilles. (1989). O que é um dispositivo?. Trad. Ruy de Souza Dias. Disponível em: <http://intermidias.blogspot.com.br/2012/01/o-que-e-um-dispositivo-por-gilles.html>. Acesso em: 07/09/2017.

EaD na UDESC: 'é tudo meio rápido, meio frio e muito cansativo'. (2020). Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/ead-na-udesc-e-tudo-meio-rapido-meio-frio-e-muito-cansativo/>. Acesso em: 20/08/2020.

Evangelista, Olinda; Souza, Artur. (2020). Pandemia! Janela de oportunidade para o capital educador. *Contrapoder*, [S. l.]. Disponível em: https://contrapoder.net/colunas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-o-capital-educador/#_ftn3. Acesso em: 20/08/2020.

Fisher, Mark. (2018). *Los fantasmas de mi vida: escritos sobre depresión, hauntología y futuros perdidos*. Trad. Fernando Bruno. Buenos Aires: Caja Negra.

Fisher, Mark. (2019). *Realismo capitalista. ¿No hay alternativa?* Trad. Claudio Iglesias. Buenos Aires: Caja Negra.

Foucault, Michel. (2002). *¿Qué es la ilustración?* Trad. Álvaro Forero. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia/ Facultad de Ciencias Humanas.

Franco, Maria Sylvia de Carvalho. (1997). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação editora da UNESP.

Gomes, Flora. (13 de julho de 2020). Consultas online e representatividade: estorvos para a democracia". *Universidade à esquerda*. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/consultas-online-e-representatividade-estorvos-para-a-democracia/>. Acesso em: 11-10-2020.

Lahire, Bernard. (enero-junio/julio-diciembre, 2002). Campo, fuera de campo, contracampo. *Colección Pedagógica Universitaria*. n.37-38. México: Universidad Veracruzana.

Lima, Helena. (03 de junho, 2020). Quem são os empresários e as associações patronais que alegam a 'inércia das universidades' em Florianópolis? *Universidade à esquerda*. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/debate-quem-sao-os-empresarios-e-as-associacoes-patronais-que-alegam-a-inercia-das-universidades-em-florianopolis/>. Acesso: 03/06/2020.

Ludmer, Josefina. (jan. de 2010). Literaturas pós-autônomas. Trad. Flávia Cera. *Sopro*, nº 20, Cultura & Barbárie, Desterro, 1-4.

Machado de Assis, J. M. (1959). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar.

Malaggi, Vitor. (2020). Tecnologia em tempos de pandemia: a educação a distância enquanto panacéia tecnológica na educação básica. *Criar Educação*, Criciúma, v. 9, nº2, 51-79.

Mara, Pedro. Autoritarismo e exclusão no Ensino a Distância no Rio de Janeiro. (2020). *Revista Forum*. (<https://revistaforum.com.br/debates/autoritarismo-e-exclusao-no-ensino-a-distancia-no-rio-de-janeiro-por-pedro-mara/>)

Matos, Nina. (29 de junho de 2020). As universidades devem estar pensando a crise, não a volta do semestre. *Universidade à esquerda*. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/as-universidades-devem-estar-pensando-a-crise-nao-a-volta-do-semester/>. Acesso em: 11-10-2020.

Matos, Nina. (10 de julho de 2020). Em dois meses, 265 mil alunos abandonaram a graduação nas privadas. *Universidade à esquerda*. Disponível em <https://universidadeaesquerda.com.br/em-dois-meses-265-mil-alunos-abandonaram-a-graduacao-nas-privadas/>. Acesso em 2-10-2020.

Matos, Nina. (7 de agosto de 2020). Porque o ensino remoto é uma pauta da direita. *Universidade à esquerda*. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/porque-o-ensino-remoto-e-uma-pauta-da-direita/>. Acesso em 2-10-2020.

Moraes, Anita Martins Rodrigues de. (2015). *Para além das palavras: representação e realidade em Antonio Candido*. São Paulo: Editora UNESP.

Moraña, Mabel. (2006). Ideología de la transculturación. In: _____ (Org.). *Ángel Rama y los estudios latinoamericanos*. Pittsburgh: ILLI, 137-143.

MPF recomenda que UFSC adote em 30 dias medidas para retomada das aulas. (2020). Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sc/sala-de-imprensa/noticias-sc/mpf-recomenda-que-ufsc-adote-em-30-dias-medidas-para-retomada-do-ensino>. Acesso em: 11-10-2020.

Nacionalizar a luta é preciso! Manifesto de Professores Substitutos da Universidade Federal de Santa Catarina sobre a situação dos contratos durante a pandemia. (2020). Disponível em: <http://www.apufsc.org.br/wp-content/uploads/2020/07/manifesto-de-professores-substitutos-ufsc-28-07.pdf>. Acesso em: 2/10/2020.

Nascimento, Iracema Santos do; Santos, Patrícia Cerqueira. (Jun. 2020). A normalidade da desigualdade social e da exclusão educacional no Brasil. *Caderno de Administração*, Maringá, v.28, Ed.Esp.

O ensino remoto na UDESC: a universidade não pode parar? (2020). Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/o-ensino-remoto-na-udesc-a-universidade-nao-pode-parar/>. Acesso em: 20/08/2020.

Oliveira, Élide. (17 de agosto, 2020). Milton Ribeiro diz que 'foi um pouquinho tarde' iniciativa do MEC de internet gratuita para alunos de baixa renda. *G1 Educação*. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/17/foi-um-pouquinho-tarde-para-tomarmos-essa-iniciativa-afirma-milton-ribeiro-sobre-internet-gratuita-para-alunos-de-universidades-e-institutos-federais.ghtml>. Acesso em: 10-10-2020.

Prata, Mario. (19 de dezembro de 2001). A empregada. *Estadão*. Disponível em <https://marioprata.net/cronicas/a-empregada/>. Acesso em: 20/08/2020.

Posicionamento de STAE's do CUN sobre o relatório do Comitê COVID-19. (2020). Disponível em: <https://conselheirosstaes.ufsc.br/2020/06/26/posicionamento-de-staes-do-cun-sobre-o-relatorio-do-comite-covid-19/>. Acesso em: 20/08/2020.

Rabello, Sylvio. (1966). *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Rancière, Jacques. (2005). *A partilha do sensível/ Estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: editora 34.

Rancière, Jacques. (2014a). *El espectador emancipado* [recurso eletrônico]. Trad. Ariel Dilon. Buenos Aires: Manantial.

Rancière, Jacques. (2010). *La noche de los proletarios: archivos del sueño obrero*. Trad. Emilio Bernini e Enrique Biondini. Buenos Aires: Tinta limón.

Rancière, Jacques. (2014b). *O ódio à democracia* [recurso eletrônico]. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo.

Rancière, Jacques. (2016). Política da literatura. Trad. Renato Pardal Capistrano. *Revista A!*, N. 5, 1-22.

Rancière, Jacques. (2014c). Política de la ficción. *Revista de la Academia*. N° 18, 25-36.

Rimbert, Pierre. (Ago, 2020). Burguesía intelectual, una elite hereditaria. *Le monde diplomatique*, N. 254, 16-18.

Santiago, Silviano. (2008). Os bestializados - I & II. In: _____. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 91-105.

Santiago, Silviano. (2008). *Genealogia da ferocidade*. Recife: Cepe.

Santos, Adércia Bezerra Hostin dos; Venera, José Isaías. (24 de agosto de 2020). Neoliberalismo e universidade: a farsa ilustrada do mercado. *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/neoliberalismo-e-universidade-a-farsa-ilustrada-do-mercado/>. Acesso em: 31/08/2020.

Souza, Jessé. (2019). *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Estação Brasil.

Souza, Jessé. (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya.

Süssekind, Flora. (1984). *Tal Brasil, Qual romance? Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé.

Tajra, Alex. (19 de julho de 2020). Unimed Brusque envia kit com cloroquina para médicos como 'profilaxia'. *UOL notícias*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/19/cloroquina-unimed-kit-covid.htm>. Acesso em: 10-10-2020.

Triches, Jocemara; Dalmagro, Sandra; Pichetti Nascimento, Carolina. (Maio/junho de 2020). *Cenários, princípios e proposições para o Curso de Pedagogia considerando o isolamento social*. Síntese realizada pela Coordenação do Curso de Pedagogia da UFSC, redigida pelas Profas. Dras. Jocemara Triches e Sandra Dalmagro, com a colaboração da Prof. Dra. Carolina Pichetti Nascimento, a partir de estudos, lives e conversas realizados ao longo do período de isolamento social.

UFSC e outras 53 universidades federais aprovam resoluções para retomada de ensino. (2020). Disponível em: <http://www.apufsc.org.br/2020/08/21/ufsc-e-outras-53->

universidades-federais-aprovam-resolucoes-para-retomada-de-ensino/. Acesso em: 10-10-2020.

UFSC: Movimento Docente publica manifesto contra o 'ensino' remoto. (2020). Disponível em:
<https://universidadeaesquerda.com.br/ufsc-movimento-docente-publica-manifesto-contr-o-ensino-remoto/>. Acesso em: 02/10/2020.

Zola, Emile. (1975). La novela experimental. In: Becker, George (Org.). *Documentos Del realismo literário moderno* (pp. 151-176). Trad. de Carlos Augusto León. Caracas: Universidad Central de Venezuela.

Fecha de recepción: 15 de octubre de 2020

Fecha de aceptación: 01 de noviembre de 2020

Licencia  Atribución – No Comercial – Compartir Igual (*by-nc-sa*): No

se permite un uso comercial de la obra original ni de las posibles obras derivadas, la distribución de las cuales se debe hacer con una licencia igual a la que regula la obra original. Esta licencia no es una licencia libre.



¹ Em 29 de maio de 2005, durante uma *live* presidencial, Jair Bolsonaro, supostamente em homenagem aos produtores de laticínios do Brasil, bebeu um copo de leite, reconhecido símbolo de supremacistas raciais. Em diante o gesto se tornou freqüente entre apoiadores do atual presidente do Brasil.

² A farinata é um alimento granulado à base de restos de comida, proposto em 2017 pelo então prefeito de São Paulo, João Dória, para complementar o cardápio dos estudantes e das famílias carentes.

³ Neste ponto, ver Triches et al. (2020). Daqui em diante, para não poluir excessivamente a leitura, remeterei no rodapé às fontes em que se fundamentam as considerações sobre o contexto.

⁴ Neste ponto, ver Matos (7 de agosto de 2020).

⁵ Neste ponto, ver “O ensino remoto...” (2020).

⁶ Neste ponto, ver Triches et al. (2020, p. 6-7).

⁷ “É preciso incluir a perspectiva de gênero nos planos emergenciais de entendimento e superação da pandemia, assim como a perspectiva interseccional, feminista, antirracista e de classe, pois mulheres e homens, gerações, territórios, raça/etnias e classes sociais são diferentemente impactadas/os pela pandemia e seus desdobramentos” (“Carta do IEG”, 2020, s/p).

⁸ Neste ponto, ver “Nacionalizar a luta é preciso!” (2020).

⁹ Neste ponto, ver “Posicionamento de STAE’s...” (2020).

¹⁰ Neste ponto, ver “EAD na UDESC...” (2020).

¹¹ Neste ponto, ver “UFSC: Movimento Docente publica manifesto contra o ‘ensino’ remoto” (2020).

¹² Neste ponto, ver Comitê de Combate à Pandemia do Covid-19 (2020, p. 3).

¹³ “Que o anônimo seja não só capaz de tornar-se arte, mas também depositário de uma beleza específica, é algo que caracteriza propriamente o regime estético das artes. Este não só começou bem antes das artes da reprodução mecânica, como foi ele que, com sua nova maneira de pensar a arte e seus temas, tornou-as possível” (Rancière, 2005, p. 47).

¹⁴ De acordo a entrevista de março 2010, publicada como apresentação de *La noche de los proletários* (2010).

¹⁵ Inclusive, lembremos que em Zola o naturalismo tem um caráter profilático, que toma seu modelo do médico Claude Bernard. Ver Zola (1975).

¹⁶ A denominação é de Jessé de Souza (2019).

¹⁷ Cabe lembrar uma das mais famosas entre as teses que constituem a hegemonia nos estudos literários e culturais, e mesmo a estruturação curricular do ensino de literatura, do campo brasileiro: “A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas” (Candido, 1975, p. 9).

¹⁸ Por exemplo o Conselho Federal de Medicina que, negligenciando o consenso científico internacional, e contrário à indicação da OMS, condiciona uso de cloroquina e hidroxicloroquina a critério médico e consentimento do paciente em casos de COVID-19 (CFM, 2020).

¹⁹ “O nosso sistema de tratamento da loucura ainda é o da Idade Média: o seqüestro” (Barreto, 1920, s/p).

²⁰ Em escala metropolitana, de fato, há uma “Burguesia intelectual”, hierarquicamente superior à classe profissional média (Rimbert, 2020).

²¹ Em “Sobre el gobierno privado indirecto” (1999), Achille Mbembe tem estudado o paramilitarismo africano como uma espécie de monopólio privatizado da violência do estado. Paramilitarismos ou milícias como os brasileiros exigem uma abordagem necropolítica adequada à situação dependente, acredito, mas não é este o lugar para elaborá-la.

²² O conceito foi desenvolvido por Souza em *A ralé brasileira: quem é e como vive* (2009).

²³ Neste ponto, ver “Casa de mãe solteira...” (2018).

²⁴ Estes instrumentos subnotificam normalmente as horas de trabalho, escondendo sua intensificação ao longos dos anos. Também tornaram-se amarras para a progressão de carreira, tendo o registro de horas nesses instrumentos como pré-requisito.

²⁵ Entendido por Fisher como a “ficção coletiva, a estrutura simbólica pressuposta em todo campo social” (2019, p.77), que tudo sabe à medida que a ele devemos render contas. Isto quer dizer que o Grande Outro é uma instância de endereçamento, uma espécie de consumidor ideal de projeções e relações públicas que, quando não mais operante, estilhaça a estrutura estruturante: “Cuando ya no puede mantenerse la ilusión de que el gran Otro ‘no sabe’, la trama incorpórea que mantiene unido al sistema social se resquebraja” (p.78).

²⁶ “Puede considerarse el posmodernismo como el nombre dado al complejo de distintas crisis que disparó la disminución de la creencia en el gran Otro” (Fisher, 2019, p.79).

²⁷ Neste ponto, ver Lima (2020).

²⁸ Neste ponto, ver “MPF recomenda...” (2020).

²⁹ Atacam a universidade apesar dela depender –ao menos dos seus laboratórios, pesquisadores e professores– para o desenvolvimento dos seus projetos particulares (Costa, 2020).

³⁰ Neste ponto, ver Matos (29 de junho de 2020).

³¹ Neste ponto, ver Matos (10 de julho de 2020).

³² Não é ocioso lembrar que esses grupos empresariais, em geral em posição genocida e negacionista, promoveram carreatas contra a quarentena e também pressionam pelo retorno às aulas presenciais.

³³ “As pressões sobre a UFSC e demais universidades não partem do conjunto da sociedade civil, mas de um setor bem restrito e identificável. As manifestações (e até mesmo chantagens) não surgiram dos sindicatos de trabalhadores da cidade ou similares, mas da mídia conservadora, do governo federal e estadual, dos órgãos de controle do Estado e das instituições do empresariado (como FloripAmanhã e Floripa Sustentável)” (Costa, 2020, s/p).

³⁴ A categoria docente e científica, p.ex., não se manifestou a respeito da distribuição de cloroquina na rede privada de saúde do Estado de Santa Catarina, concretamente pela empresa UNIMED, a opção compulsória de prestação de serviços médicos para essa categoria. (Tajra, 2020).

³⁵ Desse modo inclusive desconhecendo o fato de que uma consulta on-line é já excludente de início (Gomes, 2020).

³⁶ Neste ponto, ver Comitê de combate... (2020).

³⁷ A frustração do EaD em algumas universidades impulsionou a criação de movimentos de oposição na USP, UFFRJ, UFRJ, UENP, UERJ, Unesp e UFGD.

³⁸ Neste ponto, ver Matos (10 de julho de 2020).

³⁹ Neste ponto, ver Gomes (2020).

⁴⁰ Aparato este que está completamente enraizado, seja fática ou subjetivamente, no interior das universidades e encontra na figura de docentes seus melhores representantes internos. Há um problema organizativo a mais, pelo fato da categoria depender (legalmente) do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (APUFSC), uma associação extremamente burocratizada e com uma direção conservadora que ataca constantemente os princípios da universidade pública (APUFSC, 2020).

⁴¹ Até então, nenhum setor da instituição impulsionou uma ação contundente contrária à medida. Entre as três categorias não houve qualquer mobilização significativa contrária ao EaD. Dos centros de ensino da instituição, não houve uma só direção que se colocou frontalmente contrária ao ensino remoto.

⁴² Como reivindicar autonomia num quadro em que são reitores-interventores nomeados pelo governo federal que mais rapidamente implementaram o EAD? (Custódio, 2020).

⁴³ Na quarta-feira, 19 de agosto, o Conselho Universitário (CU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) aprovou parecer pela rejeição dos pedidos de mudança na resolução que regulamenta a retomada das atividades na UFSC de forma não presencial. Os destaques haviam sido apresentados pelos estudantes (“UFSC e outras 53 universidades...”, 2020).

⁴⁴ Estamos nos referindo ao estudo de Olinda Evangelista e Artur Souza, que denunciam as manobras de um grupo de empresas (Advent, Kroton, Ananguera/Uniban, Aties, Abril, BeVry, GP investimentos, Estácio, Luvate, Pátria Blackstone, entre outras), chamadas pelos autores de “capital educador”, denominação que se usa como categoria de análise: “O capital educador veio sorrateiramente se infiltrando no Ensino Superior brasileiro ao longo dos últimos governos. No governo Bolsonaro, utiliza-se do deplorável projeto ‘Future-se’. Agora, porém, essas empresas estão investindo fortemente na Educação Básica, buscando a formação de docentes para a escola pública via privatização” (Evangelista e Souza, 2020, s/p). Ver também, Bonilla-Molina (2020).

⁴⁵ Neste ponto, ver Balmant e Gomes (2020).

⁴⁶ O Ministro da Educação, pastor Milton Ribeiro, disse que “foi um pouquinho tarde” iniciativa do MEC de internet gratuita para alunos de baixa renda (Oliveira, 2020).

⁴⁷ Tradução própria.

⁴⁸ Neste ponto, ver Evangelista e Souza (2020); Castorino (2020); Malaggi, (2020).

⁴⁹ Ver Benjamin (1993).

⁵⁰ Esse desdobramento corresponde à interpretação que Deleuze (1989) elaborou do conceito foucaultiano de “dispositivo”. A meu ver, Agamben retoma esse desdobramento para postular que, justamente, o sujeito é o produto do corpo-a-corpo entre os viventes e os dispositivos em que eles são capturados: “também a escritura [...] é um dispositivo [...] Uma subjetividade produz-se onde o ser vivo, ao encontrar a linguagem e pondo-se nela em jogo sem reservas, exhibe em um gesto a própria irredutibilidade a ela” (2007, p. 63).